

DA CRISE DA HISTÓRIA TRADICIONAL PARA UMA NOVA HISTÓRIA

*Gabriel Lomba Santiago**

INTRODUÇÃO

A história se apresenta como uma ciência de princípios próprios, segundo os quais se mostra certa dentro de um sistema determinado de relações válidas numa esfera de fatos da experiência humana, diferenciando-se, portanto, da história que consiste em simples relação de fatos passados. Só alcança o nível de ciência a partir do século XVIII.

Criada pelos gregos com a idéia essencial de narração, Heródoto, Tucídides e Políbio foram simples cronistas de fatos contemporâneos. Os fatos passados eram mitos para os gregos e não constituíam objeto da história, que só podia estudar fatos presentes e basear-se em testemunhos orais e não documentais.

Por outra parte, os fatos presentes regem os acontecimentos históricos. As leis eram permanentes e eternas, pois a história era o eterno retorno.

Os historiadores latinos aceitaram essa visão com a famosa afirmação de Cícero de que a história é a mestra da vida. Mas Santo Agostinho, no fim da antiguidade clássica, negaria a visão do eterno retorno, afirmando uma concepção de progresso linear manifestado na história.

Contudo, a visão da história como mestra da vida continuou válida até a reação cartesiana. Descartes rechaçou a história, não a considerando como ciência e afirmou a razão objetiva e o conceito de natureza ante o processo histórico.

No século XVIII, emerge a contra-reação dos historicistas. G. Vico repele a racionalidade temporal, buscando com a ciência histórica no passado as razões para o que se é no presente. O passado só o interessava para compreender o presente. Sua concepção tende para a evolução progressiva mas em espiral, passando a ser objeto da história o indivíduo coletivo e a organização social.

* Professor de Filosofia da PUC-Campinas.

Ao longo dos séculos, os pensadores vão tomando consciência da historicidade das coisas, processo que se observa em Hume, Montesquieu e Kant. As idéias de evolução e progresso são elaboradas por Turgot e Condorcet e afinal se consolida a razão histórica criada por Kant. Será necessário esperar o final do século XIX para que a história alcance a categoria de Ciência com historiadores como Windelband, Rickert, Dilthey, Weber, Croce, Marx e outros.

I - A CONCEPÇÃO TRADICIONAL DE HISTÓRIA

1. A História como Simples Narrativa

Há alguns séculos, considerava-se a história como uma forma literária de categoria secundária. Em 1763, o Dr. Samuel Johnson dizia com desdém: "não são necessárias grandes habilidades para ser historiador; uma vez que na composição histórica todos os grandes poderes da mente permanecem inativos..."

Enquanto o Dr. Johnson pronunciava essas palavras, outros formulavam uma concepção mais ambiciosa. Os enciclopedistas franceses pensavam que podia ser utilizada para denunciar a tirania, para educar as consciências dos homens. Diderot ia mais longe: "*Se desde os seus primeiros tempos, a história tivesse agarrado pelos cabelos os tiranos civis e religiosos... teriam sido mais detestados e os seus súditos teriam aprendido talvez a ser menos pacientes*".

O século XIX mostrou grande evolução na investigação histórica. Ela converteu-se em modelo das ciências sociais e sua influência exerceu-se em todas as direções, da aparição de uma teoria econômica até o culto do passado como em Croce (1866-1952): "*... voltar a abraçar a velha religião, os costumes nacionais, regionais e locais...*"

Enquanto uma linha de pensamento que culmina na obra de Karl Marx (1818-1883) continuava a utilizar a história como instrumento de análise da sociedade, a maioria limitou-se a empregá-la para glorificar reis e seus governos, para justificar o sistema social em que viviam e foram exatamente estes que acabaram por dominar cátedras e cargos acadêmicos nas Universidades. Preocuparam-se com essa forma de história tranqüilizadora da mente e em lançar castigos contra a tentativa de usá-la no cumprimento de uma função crítica.

O Historicismo (tendência que defende a substituição das interpretações históricas generalizadoras por observações individuais e concretas do fato histórico) significou uma reação contra o que havia de

revolucionário nos enciclopedistas e acabou por converter a história num amontoado de fatos concretos sem coerência e sem seqüência.

Para os historicistas alemães (na maioria funcionários do Estado Prussiano), as únicas realidades que poderiam encontrar além do fato histórico concreto era a "providência" que dirigia o curso do destino e dava forma às instituições e à política.

Esse gênero de história frustra todas as esperanças. No início do século XX vários filósofos debatem sobre o caráter de legitimidade científica aplicada à história, quando na prática se tinha convertido numa mera acumulação do passado. Não competia à história usar os métodos das ciências cujo objetivo era a generalização. O que caracteriza um historiador, diria Ernst Troeltsch (1865-1923), é "ver mais do que pensar". Mas o investigador não se deixaria abalar por essas afirmações, continuaria a tecer sua rede paciente de fatos concretos, modernizando métodos de trabalho ou adotando métodos de outras ciências ou entregando-se ao culto do modismo. Mas isso de pouco valia, pois não se davam conta de que o corpo da teoria que usavam era o que havia envelhecido.

Além do desprestígio científico, há a condenação moral. O historiador, mesmo quando não é um apologista do sistema social que o mantém, colabora com ele sob a forma de cumplicidade. A culpa não é toda dele. Sua responsabilidade consiste em submeter-se ao que lhe pedem que faça. O historiador é então salvo da "tentação" de pensar. Mas seu pior defeito é aquele de continuar a criar "convicções sãs", perpetuando visões caducas do mundo.

Dizia o argentino José Ingenieros (1877-1925) que *"cada geração deve repensar a história. Os homens envelhecidos transmitem-na corrompida, acomodando os valores à ideologia dominante"*.

Como deveria ser a história repensada? Seria aquela que se refere aos homens do mundo enquanto se unem entre si em sociedade e se aperfeiçoam a si próprios.

2. O Problema sobre o Sujeito da História

Aparentemente simples, o sujeito da história é o homem, mas esconde vários problemas.

As tradicionais crônicas destinavam-se a narrar os grandes feitos dos reis e senhores. Eles eram os únicos homens que contavam, pois se admitia que com sua atuação direcionavam o rumo da história e os demais

os seguiam.

Esse mito ainda tem algumas marcas: um deles é o costume de dividir o tempo histórico em reinados e dinastias, o que implica que a morte de um soberano e a ascensão de outro significam mudanças no acontecer histórico. Por isso prevalece o hábito de relacionar períodos de auge e decadência com as características pessoais dos monarcas.

Com o desaparecimento das monarquias absolutistas e a passagem da responsabilidade do governo dos reis para os ministros, o mito adaptou-se formalmente. Um exemplo dessa adaptação é o de Metternich (1773-1859). Foi dedicada a ele enorme bibliografia e o título de "a era de Metternich" na história da Europa. Não deixa de ser grosseira simplificação.

A ilusão de que o grande estadista forja a história não deixou de fascinar o estadista Henry Kissinger e outros estadistas de ocasião, como Gorbachev.

Voltaire reclamava dessa "história dos reis e estadistas". Num escrito ele dizia: "O objetivo deste tratado não é saber em que ano um príncipe indigno de ser conhecido sucedeu a um príncipe bárbaro numa nação incivilizada".

O mais difícil é determinar como deve ser a história que explique melhor as coisas, isto é, a história deve ocupar-se mais do que do homem, "dos homens", e assim mesmo não se resolve o problema. Talvez a alternativa consistirá em estudá-los coletivamente na sociedade que os forma. Parece que o tipo de história que procuramos é a **história social**, apropriada para os homens de segunda metade do século XX. Outros ainda admitem que a história social é a que agrupa os humildes e os "movimentos sociais", especialmente operários.

Apesar de este último gênero de história ter oferecido alguns resultados, seria bom lembrar que não basta mudar o protagonista, objeto do estudo, para resolver as insuficiências da história tradicional. A mudança de vestuário não torna nova a história velha. Já dizia Ibn Kaldun: "Deve-se saber que a história é, na realidade, informação acerca da organização social humana, que por sua vez é o mesmo que a civilização mundial".

3. A Atividade da História e suas Causas

A história tradicional colocava a vida política no centro do universo, sob a forma de atividade guerreira, relações diplomáticas nacionais ou internacionais. Enfim, batalhas, leis e tratados configuravam seus elementos.

A "história da cultura" que resultou do questionamento da história tradicional revelou-se minoritária e restrita, uma vez que a cultura estudada era a das classes dominantes. Por outro lado, da cultura escrita, apenas a **parcela superior** merece a atenção dos historiadores. O que costumamos chamar de arte popular (produzida para o povo e não pelo povo) é objeto de uma **atenção secundária**.

Por bem intencionados que fossem os propósitos de alguns investigadores ao desviar a atenção das guerras e dos tratados para se afixar nos fatos culturais, era evidente que não era este o caminho para chegar a uma história autenticamente social. O silêncio era também uma forma de cumplicidade, razão por que a "história da cultura" resultou num conservadorismo.

A análise da evolução econômica parecia ser mais interessante, muito mais social do que as histórias da política e da cultura. Mas os historiadores da economia não se interessaram pelos homens que intervinham nos fatos econômicos, e sim pelos fatos em si mesmos. Logo, a história da economia convertia-se num esforço para investigar como tinham evoluído a indústria e o comércio, como se tais fenômenos pudessem desligar-se dos homens que os tinham produzido.

Esta concepção da história da economia relacionava-se estreitamente com a evolução da teoria econômica convertida num corpo de doutrina que se afastava de tudo quanto se assemelhasse a fatores perturbadores de índole política ou social.

As novas preocupações da história econômica devem levar em conta as dimensões humanas. Exemplo de **nova forma** de ver o passado é o que Pierre Villar chamou de "história total". Talvez fosse melhor chamá-la "integradora", para realçar o fato de que não se trata de fabricar uma síntese universal de todos os dados que definem a evolução de uma sociedade, mas de partir de um terreno concreto, por exemplo, do estudo da política, da economia ou da cultura, com a finalidade de integrar ao estudo outros dados, para nos ajudar a compreender melhor o homem e as sociedades humanas.

A história tradicional isolava rigorosamente cada um desses aspectos e não nos serve para compreender como evoluem as sociedades humanas. Por isso a necessidade de buscar **causas** que enfatizem o curso da história.

Montesquieu (1689-1755) afirmava que "*não é o acaso que domina o mundo. Há causas gerais, físicas ou morais que operam em cada monarquia, a elevam, a mantêm e a precipitam*". Todos os acidentes estão submetidos a essas causas.

Se em história não houve um encadeamento discernível de causas e efeitos, se tudo pudesse depender de qualquer acaso imprevisível, o papel do historiador reduzir-se-ia a narrar o acontecimento sem tratar de compreender nem de explicar.

Geralmente os historiadores estão de acordo no pressuposto de que existem causas gerais que explicam a evolução humana, divergindo apenas na sua natureza.

Existiu a tentativa de encontrar nos fatores geográficos a chave que permitisse decifrar o curso da história. O exemplo é a **geopolítica** alemã, que nos oferece uma visão fatalista das relações entre o homem e o solo em que vive. "*Um povo deve viver sobre a terra que recebeu como destino*", dizia Ratzel (1844-1904). Essa teoria é atualmente abandonada nas suas formas radicais, mas presente nas tentativas de explicação de fenômenos passados. Essa teoria nos leva fatalmente a uma postura determinista, embora de forma velada. Lucien Febvre (1878-1956) partidário dessa teoria, afirmava que não é interrogando-nos sobre as influências da terra sobre os homens, mas sobre as relações entre ela e estes, ou seja, é necessário verificar que tipo de relações mantêm as sociedades humanas com o meio geográfico. É quando a teoria do determinismo geográfico é examinada a fundo, o pretensão reducionismo do fator geográfico cai numa ilusão.

Também se explicou o desenvolvimento histórico nos fatores biológicos: na raça, por exemplo. Mas o racismo serviu para justificar a escravatura e o imperialismo. Foi na Alemanha da metade do século XX que floresceram as interpretações racistas da história, glorificando o germânico. O desastre final do "Herrenvolk" (povo de senhores), vencido pelos povos inferiores, pareceu silenciar de vez estas doutrinas.

Enfim, as tentativas de explicar globalmente a história pela ação de um fator dominante estão desacreditadas, inclusive as **morfologias** (interpretações que pretendem deduzir leis históricas de mera comparação de fenômenos de aparência semelhante, abstraindo o fato de que se tenham produzido em épocas e sociedades muito diferentes). Assim torna-se necessário, a partir dos problemas da causalidade, examinar o sentido da objetividade em história e sua correspondente complexidade.

4. A Questão da Objetividade na História

"Objetivo" e "subjetivo" são conceitos relacionados entre si. A obra de qualquer historiador contém elementos subjetivos e está sujeita a influências de tempo e lugar. "*A objetividade absoluta e intemporal é uma abstração*

irreal", afirma o historiador inglês Edward H. Carr. Mas a história requer a seleção e ordenamento de fatos ocorridos no passado à luz de um princípio ou norma de objetividade admitido pelo historiador que inclui elementos de interpretação. Sem isso o passado dilui-se numa profusão de inumeráveis incidentes isolados.

O historiador não pode aspirar a explicar a totalidade dos dados do passado mesmo que se admita ser possível conhecê-los. Vê-se forçado a escolher os que lhe parecem relevantes para construir uma interpretação dos problemas que considera fundamentais. Contudo este processo de seleção é complexo, pois embora seja imparcial, propondo-se a ser o mais objetivo possível, sua maneira de entender a sociedade em que vive condicionará sua capacidade de compreender e explicar os acontecimentos.

Podemos tomar como exemplo desse problema as causas que determinaram a Revolução Francesa. Para Jules Michelet (1798-1874), no seu escrito "História da Revolução Francesa", a causa determinante da Revolução foi a miséria a que estava submetido o povo francês.

Para Jean Jaurès (1859-1914), em sua "História Socialista da Revolução Francesa", a causa fundamental não foi a miséria do povo, mas a riqueza da burguesia que pretendia o poder.

O problema, ou diríamos melhor, o dilema aparente entre as duas teses não existe, pois Ernest Labrousse chega à conclusão que tanto Michelet quanto Jaurès tinham razão: suas teses não eram antagônicas, mas complementares. Logo, as duas interpretações: revolução da miséria e revolução da propriedade correspondiam a diferentes facetas de um mesmo processo.

As interpretações de Michelet, Jaurès e Labrousse nos parecem, hoje, cada vez mais insatisfatórias. Não significa que são falsas, são insuficientes para abarcar a riqueza de conhecimentos que hoje possuímos. A solução lógica do problema será exigir que se especifiquem o mais claramente possível as interpretações gerais, bem como os raciocínios que encadeiam esses argumentos. Em seu livro "Histoire et Verité", Éditions du Seuil, p. 34, Paul Ricoeur nos afirma que "... A objetividade apareceu-nos primeiramente como intenção científica da história; marca agora a distância entre uma boa e uma má subjetividade do historiador; de 'lógica', a definição de objetividade tornou-se 'ética'". Esta concepção tão simples e ao mesmo tempo tão profunda conduz-nos ao problema principal: como atingir a objetividade do conhecimento ultrapassando a "má" subjetividade. Ora, afirma Adam Schaff (1914-...): "Não se pode nunca exigir do historiador a imparcialidade no sentido estrito do termo. Apenas o fato histórico que o historiador estuda pode ser imparcial".

Enfim, parece legítimo exigir que os historiadores abandonem as generalizações nebulosas de falsa pretensão totalizadora para formular com a maior clareza o conjunto dos argumentos concretos que fazem parte da explicação, examinando a lógica com que se encadeiam.

II - A TENTATIVA DA NOVA HISTÓRIA

Na primeira unidade tentamos criticar os equívocos da história tradicional. Trataremos de explicar, agora, em linhas gerais, como é a outra história, aquela que propõe como objetivo fundamental ajudar o homem contemporâneo a compreender o mundo em que vive.

1. A Demografia Histórica e as Sociedades

Naturalmente, a investigação sobre o homem deverá começar sobre os dados de sua existência, como se concentra nos espaços, porque abandona sua terra natal, a relação entre nascimentos e mortes, sua duração média de vida, diferentes ocupações. Logo, o estudo da demografia histórica é complexo, especializado, onde se analisam minuciosamente os dados para conhecer, por exemplo, a história interna das famílias mediante uma reconstrução, ou seja, na demografia histórica o historiador reconstrói as famílias para conhecer melhor sua história.

Outro momento seria as relações mais elementares, como a capacidade de produzir alimentos e o desenvolvimento econômico. Isto não deixa de ser uma tarefa difícil, por exemplo, ao analisar se com mais alimentos poderia manter-se uma população maior. Então parte-se da família para uma abrangência da sociedade. Evidentemente que não nos poderemos deter aqui, minuciosamente, num exame sobre a população, produção, fome, epidemias na história; apenas citamos breves dados elementares que permitem ao historiador um novo enfoque da história, um novo perfil para o historiador.

Qual a capacidade das sociedades humanas para assegurar a subsistência de seu povo? Isto nos leva ao estudo da **produção** e do **trabalho** (distinto do economicismo anterior que buscava interesses pessoais imediatos). Agora queremos mostrar que a capacidade produtiva das sociedades impõe certos limites de ação, determina o tipo de organização e como consequência há uma nova concepção de ver o mundo.

No que se refere à capacidade produtiva, a história da humanidade pode ser compreendida em três etapas: na 1ª, o homem primitivo vivia da caça e pesca, colheita de frutos silvestres, por isso era errante e obrigado a migrar quando se esgotavam os recursos para sua subsistência.

Com a invenção da agricultura, aquela etapa acabou. O "Homem Agrícola" começa a selecionar, cultivar, domesticar alguns animais; como resultado, aumentam os povoadores e fazem seu assentamento. Como afirma Gordon Childe (1892-1957), o homem aprendeu "...a controlar a força dos bois, dos ventos, inventou o arado, a roda, as embarcações a vela...". Essas mudanças iam proporcionar o aparecimento de cidades (aglomerações humanas) e, em consequência destas, a primeira **divisão social do trabalho** (processo pelo qual os homens que compõem uma sociedade se especializam em atividade diferenciadas).

Em suma, os agricultores produziam suficiente alimento para manter afastados do cultivo artesãos, sacerdotes e outros; com isso se tornou necessária a invenção da escrita, processos de cálculo e medida. Então, da agricultura depende a cidade e desta o surgir da civilização. Essa era da agricultura durou até o sec. XVIII. Realmente, no decurso desses milênios a existência humana dependeu inexoravelmente da agricultura.

Fazendo um contraste do ritmo das mudanças ocorridas nos nossos dias com aquelas das sociedades agrárias, somos levados a admitir que as agrárias eram estáticas, mas este argumento não se sustenta. Os progressos no cultivo da terra da Europa Medieval permitiram aumentar as colheitas com a introdução de melhores arados, a alternância de culturas diferentes, permitindo a rotatividade e o repouso da terra. Essas formas de cultivo contribuíram para um salto em frente que ocasionaria uma nova era na história da humanidade, chamada Revolução Industrial.

Resumidamente podemos assinalar quatro fatos essenciais da Revolução Industrial: 1) O crescimento permanente das populações; em cem anos de industrialização os países industrialmente avançados produziram mais bens de consumo do que nos milênios decorridos até então. 2) Elevado aumento da divisão social do trabalho, distribuindo as funções do homem, e pequena percentagem da força de trabalho se dedica à terra, para suprir de alimentos todos os outros. A indústria proporcionou máquinas, adubos químicos para a agricultura, produzindo assim excedentes exportáveis e a obtenção de mais capital. 3) Com o crescimento da produção industrial, o proprietário da oficina foi substituído pelo empresário capitalista que adquire matérias-primas, máquinas e aluga gente para realizar a produção, aparecendo assim o operário industrial. 4) A atividade produtiva do homem desenvolveu-se em mercados mais amplos. O camponês auto-suficiente podia obter tudo que havia para consumir. A industrialização acelerou sua produção, forçando o surgimento de mercados regionais e internacionais para mercadorias industrializadas.

Com essas transformações de natureza econômica, houve mudanças políticas, sociais e de mentalidade. Mas se falamos até agora das sociedades

humanas, será preciso responder como elas estão organizadas e com isso compreender melhor a evolução da humanidade.

A essência das sociedades tem sido, no decorrer da história, a desigualdade, a estratificação social em classes e castas, a separação entre dominantes e dominados. Sem pressupor isto não compreenderíamos o acontecer histórico.

Foram várias as formas para classificar os homens em diversas sociedades. Em síntese, na sua maioria correspondem ao seguinte critério de estratificação: 1) Divisão em grupos definidos por uma situação legal ou de privilégio (casta, estamento). 2) Agrupamentos que refletem diferenças de ordem econômica e desempenho de um determinado papel na sociedade (classes sociais). Esta classificação de conceitualização simples reserva, contudo, considerável complexidade.

A sociedade estamental é a do feudalismo europeu, agrupando-se em três divisões, justificadas teoricamente pelo desempenho de funções como nobreza e clero, guerreiros e em último lugar os "laboratores". Na prática, a estrutura era dual, com os privilegiados de um lado e os camponeses do outro.

Quando tentamos examinar a natureza dessa sociedade estamental feudal em suas relações e nos confrontos, a única forma de compreendê-la consiste em analisar seus fundamentos econômicos, reconstruindo o modo pelo qual a partir deles se articulou uma consciência de grupo, por exemplo, os movimentos camponeses da Baixa Idade Média, onde se dá o confronto de classe: a inspiração do movimento é terrena mas o modo cultural de agir é místico.

Ao se investigar o papel dos conflitos sociais na história, poderão ocorrer algumas confusões, por exemplo, quando se definem conceitos de classe de forma mecânica ou tomados das realidades da história contemporânea. Ao aplicar conceitos como "burguesia" e "proletariado", esquece-se que a atitude da burguesia ao longo da história depende do conjunto de situações econômicas concretas. Como disse E. P. Thompson: *"A classe aparece quando vários homens, em consequência de experiências comuns (herdadas ou partilhadas) sentem e articulam a identidade dos seus interesses entre si e contra outros homens, cujos interesses são distintos dos seus (e geralmente opostos a eles)... A consciência de classe é a forma como essas experiências são manipuladas em termos culturais: incorporadas em tradições, em sistemas de valores, idéias..."*. Deste modo, os termos como "senhor feudal" e "proletário" não são objetos separados, mas uma expressão de uma relação: da exploração da terra, na época feudal; da produção de mercadorias, na época do capitalismo.

Temos em mente, portanto, que a história da industrialização deixará de ser mera narrativa da evolução da indústria, mas um empreendimento coletivo que não é neutro e sim conflitivo.

Uma história real do movimento operário não está separada do estudo do sistema de relações na fábrica e da sociedade capitalista. É preciso conhecer o processo industrial, a atuação dos empresários (no plano econômico, político, inclusive o uso da máquina do Estado por eles), os lucros e os salários dos operários, suas condições de trabalho, etc. Só assim terá sentido a história da atuação coletiva da classe operária. Acreditamos que talvez assim se tornaria inteligível o problema das etapas da história humana, citadas anteriormente.

2. Tendências sociais e métodos de investigação

Do que dissemos até agora, deduzimos que o estudo histórico das sociedades não se poderá restringir a uma simples soma de estudos da demografia, economia, cultura e organização política, mas interessa antes de tudo a unidade que eles representam e o resultado de suas interações.

Para que isso seja compreensível, existe a teoria que entende a evolução da humanidade como um processo descontínuo, que decorre em etapas relativamente estáveis e separadas entre si por períodos de ação revolucionária. Como explicar isto?

Adam Smith (1723-1796) sugeria a procura da chave essencial da evolução das sociedades humanas, isto é, o modo de subsistência de cada povo condicionava a sua organização política e suas leis.

Essas idéias eram parecidas às do francês Jacques Turgot (1727-1781) afirmando que as leis e as formas de governo não eram fruto da vontade dos homens, mas dependiam do grau de desenvolvimento social de cada povo. Logo, as antigas leis não podem subsistir e devem ser alteradas através de formas pacíficas ou revolucionárias.

A essa corrente liga-se a interpretação da história de Marx e Engels. Enquanto que para a escola escocesa era o "modo de subsistência," para Marx e Engels será o "modo de produção". Marx afirma que "*De formas de desenvolvimento das forças produtivas que eram, essas relações converteram-se num obstáculo às mesmas. Abre-se então uma época de revolução social*". Os modos de produção são a chave para compreender a sucessão das etapas da história humana, contudo elas abrangem longos períodos como escravagismo, feudalismo, capitalismo, etc. Desta maneira

existem boas razões para optar por outro conceito: o de **formação econômica e social**.

O conceito de formação econômica e social, representando um momento real da história de uma sociedade, abarcando o modo de produção e as superestruturas que comporta, serve para passar da análise das grandes etapas e das mudanças revolucionárias que marcam a passagem de uma a outra ao plano das realidades mais limitadas e concretas no tempo e no espaço, que constituem o objeto normal da investigação histórica.

Da análise teórica que fizemos, tornam-se necessárias algumas indicações de métodos concretos de investigação que possam permitir sua colocação em prática, a fim de tornar viável uma compreensão do desenvolvimento histórico.

O avanço dos métodos de investigação da história nas últimas décadas foi significativo, mas aqui nos interessa destacar a análise das inter-relações entre elementos diferentes, como também a utilização de modelos para a investigação da evolução econômica do passado.

O uso correto de modelo aqui analisado refere-se a representação formal de idéias ou conhecimentos relativos a um fenômeno. Geralmente os modelos traduzem-se sob a forma de um sistema matemático. Para que o modelo seja possível, convém que todas as relações a analisar sejam quantificáveis. Embora nos seja útil o próprio modelo extraído da econometria, sua utilização pelo historiador é muito peculiar. O uso de modelos parece fornecer possibilidades ilimitadas para o futuro, mas é importante estarmos conscientes de suas limitações e, em especial, de que muitos fatores econômicos e sociais são dificilmente quantificáveis e se mantêm, portanto, à margem destes sistemas de equações. Se considerarmos esse processo tal como é, como uma ferramenta para aprofundar o nosso conhecimento econômico, logicamente se reconhecerá seu valor ao permitir superar as limitações da história econômica tradicional.

Contudo, é no campo dos estudos da história das mentalidades que os novos métodos nos podem oferecer resultados interessantes. A contribuição representada pelos métodos lingüísticos foi de vital importância.

Um exemplo de novos métodos é o de Michel Vovelle. Ele tenta analisar cientificamente, por meio de dados objetivamente mensuráveis, a descristianização que se produziu na França durante o século XVIII, relacionada com a Revolução. Graças a minuciosa investigação, o autor pôde chegar à conclusão de que no séc. XVIII, antes da Revolução e independentemente dela, produziu-se uma importante mutação da

sensibilidade coletiva, manifesta no retrocesso da prática religiosa.

CONCLUSÃO

E, para terminar, talvez um tanto apressadamente e às vezes por atalhos perigosos, partimos da crise de uma história tradicional para traçar as linhas do projeto de uma história nova. Lembrando que não devemos fazer ciência do passado mas ciência do homem, tendo em vista as coletividades humanas, enfatizando a história social, e que as suas explicações só adquirem pleno sentido se se referem à sociedade enquanto conjunto, isto é, se ajudarem as pessoas a compreender a sua situação, tornando-lhes inteligível o passado.

A história acadêmica desempenhou o papel, até agora, na conservação da ordem estabelecida, limitando-se a praticar a erudição sutil, fabricando mitos e fazendo aceitar tudo sem contestação. Não é de estranhar que os que têm como objetivo a preservação da ordem estabelecida combatam a história nova como algo subversivo. O historiador sabe melhor do que ninguém que a ciência em que trabalha está ainda em formação e luta para aperfeiçoá-la.

Cada dia que passa é cada vez maior o número de pessoas que optam por uma elaboração difícil de uma ciência histórica que sirva para compreender o presente. Tarefa árdua, porém gratificante.

BIBLIOGRAFIA

ARON, Raymond. *Dimensions de la conscience historique*. Plon, Paris, 1965.

AIZERMAN, Théodore. *Problemas de História da Filosofia*. Livros Horizonte, LDA, Lisboa, 1976.

BERNAL, J.D.. *História Social de la Ciencia*. 62 ed., Barcelona, 1973.

CARR, E.H.. *Que és la Historia?* Seix Barral, Barcelona, 1978.

CHILDE, Gordon. *O que aconteceu na Historia*. Circ. do Livro, s/d.

FEBVRE, L.. *Combates por la historia*. Ariel, Barcelona, 1977.

GARDINER, P.. *Teorias da História*. Fundação Gulbenkian, Lisboa, 1974.

- JAURÈS, Jean. *Histoire socialiste de la révolution française*. éd. de l'Humanité, Paris, 1922.
- KAHLER, Erich. *Que és la Historia?*. Fondo de C. Economica, México, 1966.
- LABROUSSE, L.. *L'histoire sociale*. Sources et méthodes, Paris, 1967.
- LÖWITH, Karl. *El sentido de la Historia*. Aguilar, Madrid, 1973.
- MARROU, H.J.. *De la connaissance historique*. Paris, 1959.
- MARX, K.. *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*.
- MICHELET, Jules. *Histoire de la révolution française*. Pleiade, Paris, 1952.
- RICOEUR, P.. *Histoire et Verité*. Ed. Seuil, Paris, 1955.
- RODRIGUES, J.H.. *Filosofia e História*. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1981.
- SANTO AGOSTINHO. *A cidade de Deus*. Petrópolis, Rio de Janeiro, 1990.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Martins Fontes. São Paulo, 1986.
- SOBOUL, Albert. *La Révolution Francaise 1789-1799*. Éditions Sociales, Paris, 1948.
- VILAR, Pierre. *Crecimiento y Desarrollo*. Ariel, Barcelona, 1976.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Ed. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1986.
- DICCIONARIO DE FILOSOFIA DE JOSE FERRATER MORA, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, 1971. 2 v.